

**REDES**

Revista Eletrônica Direito e Sociedade

Canoas, V. 5, N. 1, 2017

---

ISSN 2318-8081

<http://dx.doi.org/10.18316/2318-8081.15.0>



Universidade La Salle

**REDES**  
Revista Eletrônica  
Direito e Sociedade  
v. 5, n. 1

Canoas, 2017

## UNIVERSIDADE LA SALLE

Reitor - *Paulo Fossatti*

Vice-Reitor - *Cledes Antônio Casagrande*

Pró-Reitora de Graduação - *Vera Lúcia Ramirez*

Pró-Reitor de Desenvolvimento - *Renaldo Vieira de Souza*

## CONSELHO EDITORIAL

*César Fernando Meurer*

*Cristina Vargas Cademartori*

*Evaldo Luis Pauly*

*Rafael Knust*

*Tamara Cecília Karawejczyk*

*Vera Lúcia Ramirez*

*Zilá Bernd*

*Ricardo Figueiredo Neujahr*

## REDES - REVISTA ELETRÔNICA

### DIREITO E SOCIEDADE

Editor chefe: *Germano Schwartz*

Editores assistentes: *Marcos Catalan e Fernanda Medeiros*

Coordenação: *Editora Unilasalle*

Diagramação: *Fernanda Barbosa Guimarães*

### Comissão Editorial

*Adam Czarnota*, University of New South Wales, Austrália

*Aires José Rover*, UFSC, Brasil

*Alberto Febbrajo*, Università di Macerata, Itália

*Aldo Mascareiro*, Universidad Adolfo Ibáñez, Chile

*Alexandre Matzenbacher*, Faculdade Interamericana de Porto Velho (UNIRON), Brasil

*Álvaro Filipe Oxley Rocha*, PUCRS, Brasil

*Andrea Pitasi*, Università Degli Studi G. D'Annunzio Chieti Pescara, Itália

*André-Jean Arnaud*, CNRS, França

*Antonio Azuéla*, México

*Arnaldo Bastos Neto*, UFGO, Brasil

*Arvind Agrawal*, Índia

*Carlos Lista*, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

*Dani Rudnicki*, Centro Universitário Ritter dos Reis, Brasil

*Else Bonthuys*, University of Witwarsterand, Africa do Sul

*Felipe Chiarello de Souza Pinto*, Mackenzie-SP, Brasil

*Hakan Hyden*, Lund University, Suécia

*Hideki Tarumoto*, Hokkaido University, Japão

*Joaquim de Arruda Falcão Neto*, FVG-Rio, Brasil

*José Geraldo de Souza Junior*, UNB, Brasil

*Joxerramon Bengoetxea*, Universidad del País Vasco, Espanha

*Juliana Neuenschwander Magalhães*, UFRJ, Brasil

*Lenio Luiz Streck*, Unisinos, Brasil

*Leonel Severo Rocha*, Unisinos, Brasil

*Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes*, UFPR, Brasil

*Paulo Henrique Novaes de Albuquerque*, UFPE, Brasil

*Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo*, PUCRS, Brasil

*Rosa Maria Zaia Borges*, PUCRS, Brasil

*Sandra Regina Martini Vial*, Unisinos, Brasil

*Ulrike Schultz*, Alemanha

### Revisores AD HOC

*Alexandre Matzenbacher*, Faculdade Interamericana de Porto Velho (UNIRON), Brasil

*Arnaldo Bastos Neto*, UFGO, Brasil

*Barbara Bedin*, Faculdade da Serra Gaucha (FSG), Brasil

*Cleide Calgato*, UCS, Brasil

*Cristina Maria Zackseski*, Universidade de Brasília, Brasil

*Dani Rudnicki*, Uniritter Brasil

*Daniel Francisco Nagao Menezes*, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Direito, Brasil

*Fernando Rister de Souza Lima*, PUC-SP, Brasil

*Fernando Tonet*, IMED, Brasil

*Geraldo Cordeiro Jobim*, FADERGS, Brasil

*Gustavo Noronha de Ávila*, UEM, Brasil

*José Antonio Callegari*, UFF, Brasil

*José Carlos Kraemer Bortoloti*, Faculdade Meridional - IMED, Brasil

*Lawrence Friedman*, Stanford, Estados Unidos da América do Norte

*Luis Gustavo Gomes Flores*, FADERGS UNISINOS, Brasil

*Marco Félix Jobim*, PUC-RS, Brasil

*Patricia Fontes Marçal*, FADERGS, Brasil

*Paulo Agne Fayet de Souza*, Escola Superior de Administração, Direito e Economia, ESADE, Brasil

*Paulo Henrique Novaes de Albuquerque*, UFPE, Brasil

*Sandra Regina Martini Vial*, UNISINOS, Brasil

*Wálber Araujo Carneiro*, UFB, Brasil

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Redes [recurso eletrônico] : revista eletrônica direito e sociedade / Centro Universitário La Salle. – Vol. 1, n. 1 (2013)- . – Dados eletrônicos. – Canoas, RS : Unilasalle, 2013- .

Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes>>

Título da página da Web (acesso em 21 mar. 2013).

ISSN

1. Direito – Periódicos. 2. Sociologia jurídica. I. Centro Universitário La Salle.

CDU: 34(05)

Universidade La Salle

**REDES**

Revista Eletrônica  
Direito e Sociedade  
v. 5, n. 1

Canoas, 2017

## SUMÁRIO

Editorial .....	07
<b>Artigos</b>	
1. Controle judicial do ordenamento regulatório: análise de acórdãos de tribunais envolvendo a cobertura de emergências médicas para usuários de planos de saúde .....	09
<i>Bruno Araujo Ramalho</i>	
2. A figura do <i>Amicus Curiae</i> e a concretização da democracia deliberativa pela justiça constitucional brasileira .....	27
<i>Carlos André Maciel Pinheiro Pereira, Marco Aurélio Medeiros Jordão</i>	
3. O paradigma latino americano da jurisdição indígena e o panorama brasileiro .....	41
<i>Fernando Tonet, Matheus Figueiredo Nunes de Souza</i>	
4. Critérios de “Indianidade” e propriedade um breve balanço da história dos Guarani Kaiowá .....	55
<i>Janaina Nascimento Silva</i>	
5. O estado democrático de direito e a força-de-lei (sem lei): uma análise das propostas de emenda à constituição que visam a redução da maioria penal no Brasil .....	79
<i>Laila Maria Domith Vicente</i>	
6. A refutação de Dworkin ao ceticismo quanto às pretensões juridicamente tuteladas .....	103
<i>Loiane Prado Verbicaro, Isabelle de Assunção Rodrigues</i>	
7. Demissão por justa causa por aprovação de comentário (“curtida”) contra o empregador no facebook.....	133
<i>Marcelo Guerra Martins; Rodrigo da Silveira Barcellos</i>	
8. Breves abordagens à questão da culpa e da responsabilidade numa perspectiva penal à luz da criminologia cultural .....	143
<i>Maria João Guia</i>	
9. Movimentos sociais na luta por moradia em Belo Horizonte: estudo do caso das ocupações urbanas de Belo Horizonte e região metropolitana .....	159
<i>Maria Tereza Fonseca Dias, Juliano dos Santos Calixto, Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas, Lucas Nasser de Souza, Livia Bastos Lages, Julia Dinardi Alves Pinto, Marcos Bernardes Rosa</i>	
10. Fatores fático-jurídicos obstativos da causalidade jurídica: as interrupções e a inexistência do nexo causal na responsabilidade civil e consumerista – fato da vítima, fato de terceiro e caso fortuito e de força maior .....	177
<i>Pablo Malheiros Frota, José Pedro Brito da Costa</i>	
11. Vertentes do constitucionalismo na mundialização: uma análise do novo constitucionalismo latino-americano .....	205
<i>Rafaela da Cruz Mello</i>	
12. A mediação dos sentidos e os sentidos da mediação .....	229
<i>Rosa Maria Zaia Borges</i>	

13. Entre o político e o jurídico: a judicialização dos movimentos sociais e a capacidade de resiliência dos movimentos sócio-ambientais .....	245
<i>Thiago Rafael Burckhart</i>	

## Resenha

14. Recensão .....	259
<i>Veyzon Campos Muniz, Virgínia Fehlberg Cardozo</i>	
15. Sinapses em Sinopses da Modernidade Sólida – Um Paradigma no Divã. ....	263
<i>Ricardo Aronne</i>	

## Direito em movimento em perspectiva

16. Reflexões sobre a multiparentalidade e a repercussão geral 622 do STF .....	269
<i>João Aguirre</i>	

## Dissertações e teses

17. FROENER, Carla. A reprodução humana assistida e a sociedade do espetáculo: a fragmentação do direito frente à publicidade via internet de tratamento de fertilização. Dissertação, Mestrado em Direito e Sociedade do Unilasalle, Canoas, 2016. 187 p. ....	297
18. MARTINS, Michele. Acesso à justiça e evolução do sistema jurídico: a audiência preliminar (art. 331, CPC/1973) e a audiência de conciliação (art. 334, NCPC/2015). Dissertação, Mestrado em Direito e Sociedade do Unilasalle, Canoas, 2016. 217 p. ....	299
19. SARTOR, Fernanda. Contribuição da mediação na formação acadêmica dos atores jurídicos: a possibilidade de mudança da cultura do litígio. Dissertação, Mestrado em Direito e Sociedade do Unilasalle, Canoas, 2015. 136 p. ....	301
20. SEUS, Celso. A dignidade da pessoa humana e o acesso ao crédito. Dissertação, Mestrado em Direito e Sociedade do Unilasalle, Canoas, 2015. 138 p. ....	303
21. WENDT, Emerson. A internet e a fragmentação do direito penal no reforço da cultura do medo no Brasil: percepção social e perspectiva legislativa. Dissertação, Mestrado em Direito e Sociedade do Unilasalle, Canoas, 2016. 194 p. ....	305

## SAUDADES DO FUTURO

Tal qual ocorre no cenário político, no Brasil, o Direito atravessa território hostil.

O ódio impregnado à cultura punitivista e a sede de sangue que informa o discurso midiático – e, conseqüentemente, o senso comum – auxiliam a induzir a torção de muitos dos limites semânticos que, historicamente, moldaram a significação de regras e princípios esboçados sobre telas retratando a proteção constitucional de direitos fundamentais, expressamente, consagrados no país. Presunção de inocência e devido processo legal estão em xeque. Indígenas chacinados. Assentados massacrados. Ao mesmo tempo – e, igualmente, desprezando importantes dimensões da teoria constitucional – a tutela ambiental parece importar cada vez menos, valorada, mais como discurso mercadológico – vinculado à onda politicamente correta – que enquanto prática cotidiana. O *greenwashing* emerge como um bom exemplo no referido contexto. Impossível não perceber, também, a sujeição de trabalhadores a observarem, como singelos espectadores, alguns de seus direitos mais basilares – conquistados com suor e sacrifício – sendo devorados, em passo acelerado, pelo apetite pantagruélico do Mercado. Novo desrespeito à Constituição. Investimentos congelados implicam menos obras, menos hospitais, menos educação. Aliás, educação que também foi violentada na recente reforma do Ensino Médio. Priorizadas as necessidades do Mercado, desfavorecida a formação de espíritos críticos. Eis o Brasil de caudilhos e coronéis. Enfim e, entremeio, a tantas conquistas consumidas em tão pouco tempo e, identificado, obviamente, que os desrespeitos e descabros experimentados por um Brasil que sangra, são em número, assustadoramente, maior, oportuno grafar que o direito do consumidor também tem sido, sistematicamente, desconstruído, apesar de comercializado – e, às vezes, ensinado – em muitas das salas de aula das Faculdades de Direito espalhadas pelo Brasil, como um direito fundamental e, portanto, inexoravelmente balizado pela vedação do retrocesso.

Tudo isso preenche nossos corações e nossas almas com muitas saudades do futuro<sup>1</sup>. Um futuro utópico, talvez e, por isso, inalcançável. De um futuro, entretanto, certamente, que podemos ajudar a construir, a cada dia, mesmo que timidamente, com a fusão do pensamento à ação. Com a práxis, portanto.

Talvez, também por isso, seguimos – número após número – com novidades.

A primeira delas é que com a alçada da Professora Doutora Renata Almeida da Costa à Coordenação do Mestrado em Direito e Sociedade da Unilasalle, a função de Editor-Chefe passa a ser atribuição do Professor Doutor Germano Schwartz.

A segunda é que a competentíssima Professora Doutora Fernanda Medeiros também a compor a equipe enquanto Editora-Assistente. Temos certeza que Fernanda tem muito a agregar à REDES.

A terceira novidade consiste na gênese de mais uma seção que busca disseminar teses de doutoramento e dissertações de mestrado que enfrentem temas de Direito e Sociedade. Neste volume foram sintetizadas relevantes pesquisas produzidas por mestres forjados nos corredores e salas de aula da Unilasalle, embora, essa parte da REDES tenha sido pensada para albergar trabalhos defendidos em todos os rincões do Brasil e, porque não, fora dele.

---

<sup>1</sup> COELHO, Luiz Fernando. *Saudade do futuro*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

A belíssima capa que abre esta edição e haverá de inaugurar – pelo menos – as próximas sete, foi concebida pela sensível pena de Yasmine Uequeud Pitol. Yasmine integra o quadro de discentes no Mestrado em Direito e Sociedade da Unilasalle. Seu olhar atento e suas mãos habilidosas capturaram, com rara alegria, um pouco do encanto de um dos mais belos prédios de nossa Universidade.

O *layout* das páginas da REDES – eis aqui a quinta novidade – também foi alterado, ideia que haverá de ser mantida ao longo do próximo quadriênio e que nasceu da tentativa de dar um pouco de charme à textos com qualidade reconhecida pelo leitor de temas em Direito e Sociedade, apesar do pouco tempo de vida de nossa revista.

O oitavo número da REDES é, sem dúvida, um dos melhores.

E os leitores mais fieis perceberam que este número foi inaugurado há algumas semanas – como tem ocorrido, sistematicamente – com o instigante texto do professor João Aguirre – civilista de primeira linha e Doutor em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco da Universidade de São Paulo –, que se propôs a refletir sobre a multiparentalidade no Brasil e as implicações jurídicas que emanam do julgamento da Repercussão Geral de número 622 pelo Supremo Tribunal Federal. Multiparentalidade reconhecida pelo guardião da Constituição.

Além dele, a professora Maria João Guia, autora portuguesa, neste número, busca aferir como importantes teorias criminológicas têm resolvido alguns dilemas que informam situações vividas por estrangeiros e (ou) por minorias culturais quando da materialização de condutas, potencialmente, consideradas como crime pelo direito posto no Estado em que vivem.

Dennis Verbicaro e Ana Beatriz Quintas Santiago de Alcântara escrevem acerca de algumas das possibilidades atadas ao dever de informar no universo das relações de consumo e como ele se conecta à oferta e ao consumo consciente. A seu turno Carlos André Maciel Pinheiro Pereira e Marco Aurélio Me-deiros Jordão – em texto escrito a quatro mãos – exploram a democracia deliberativa e sua concretização pelo Supremo Tribunal Federal a partir do pensamento de Lassale, Hesse, Härbele e Habermas.

Também a quatro mãos, Fernando Tonet e Matheus Figueiredo Nunes de Souza buscam repensar a situação nacional, com base no transconstitucionalismo. Apontam que ele é um mecanismo, aparentemente, apto a fomentar o diálogo entre o direito indígena e o estatal. Este tema seguiu sendo explorado por ocasião da investigação construída por Janaina Nascimento Silva em artigo no qual se propôs a analisar a propriedade indígena no Brasil, a mapear identidades étnicas e a refletir acerca de alguns dos potenciais modelos de proteção e, uma vez violados, de reparação dos direitos das personagens que compõem as comunidades indígenas. Rafaela da Cruz Mello busca investigar de que forma a proliferação das regras nos direitos nacionais dialoga com o constitucionalismo e com a ideia clássica de Estado. A autora enfatiza a possibilidade de valoração e defesa de culturas e identidades locais e regionais enquanto alternativa latente no constitucionalismo latino-americano.

Da acolhedora Belém do Pará a parceria havida entre Loiane Prado Verbicaro e Isabelle de Assunção Rodrigues brinda o leitor com um texto que depois de esboçar as principais características do pragma-

tismo jurídico de Posner, busca testá-las, sujeitando-as à crítica delineada pela pena de Ronald Dworkin. O texto conclui que o pensamento de Posner é prenhe de inconsistências.

Rosa Maria Zaia Borges, se propõe a discorrer sobre a mediação – um dos temas do momento – valorizando sua dimensão comunicacional e suas ligações com a ideia de democratização do acesso à justiça. Intimamente atado à questão da Justiça – ou a sua negação –, Laila Maria Domith Vicente analisa como o discurso legislativo que se propõe a promover a redução da maioria penal conecta-se a práticas “autoritárias, excludentes e violentas”, historicamente, repetidas no Brasil.

O septeto Maria Tereza Fonseca Dias, Juliano Calixto, Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas, Lucas Nasser de Souza, Livia Lages, Julia Dinardi e Marcos Bernardes Rosa conduzirá o leitor a pensar questões atadas aos movimentos de luta por moradia e por novas maneiras de pensar as cidades. O estudo tem como base empírica a Terra das Alterosas.

Aliás, imerso em preocupações semelhantes, Thiago Rafael Burckhart explora a judicialização dos movimentos sociais, analisando algumas das conexões potenciais entre a atuação Poder Judiciário e os reflexos negativos na esfera política que informa discussão e reivindicação democráticas.

Em outro dueto Marcelo Guerra Martins e Rodrigo da Silveira Barcellos se debruçam sobre questão contemporânea ao enfrentarem relevantes aspectos jurídicos que envolvem a demissão, por justa causa, face a comportamentos dos empregados nas redes sociais.

Enfim, o belo artigo escrito por Pablo Malheiros Frota e por José Pedro Brito da Costa se propõe a explorar a arquitetura jurídica de algumas das figuras aptas a interromper o nexo de causalidade de modo parcial ou de forma completa e, ainda, como importantes tribunais brasileiros têm trabalhado esta questão, denunciando miopias que precisam ser corrigidas. Aliás, urgentemente.

Há, ainda, duas belas resenhas que merecem ser destacadas.

A primeira construída por Veyzon Campos Muniz e Virgínia Fehlberg Cardozo explora, com maestria, o *Debate sobre a Desigualdade e o Futuro da Economia* de Krugman, Piketty e Stiglitz. A segunda – um primor, é preciso registrar – escrita por Ricardo Aronne, com grandiloquência, apresentada ao leitor sob o título *Sinapses em sinopses da Modernidade Sólida: um paradigma no divã* busca sua inspiração na reavaliação do clássico *O Mal-Estar da Civilização*, de Sigmund Freud.

*Que les guste!*

*Prof. Dr. Germano Schwartz*  
(Editor-chefe/Editor-in-chief).

*Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Medeiros*  
(Editora Assistente/Assistant Editor)

*Prof. Dr. Marcos Catalan*  
(Editor Assistente/Assistant Editor)